


PERFIL DOS HOMICÍDIOS POR ARMA DE FOGO NO BRASIL ANTES E DURANTE A
PANDEMIA DA COVID-19
PROFILE OF FIREARM HOMICIDES IN BRAZIL BEFORE AND DURING THE COVID-
19 PANDEMIC

 <https://doi.org/10.64671/ts.v26i1.233>

Douglas Oliveira Vieira^{1*} , Douglas Smith Ferreira dos Santos² , Ian Paulo Menegazzo
Guarda³ 

1. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
2. Afya Centro Universitário São Lucas, Porto Velho, RO, Brasil.
3. Centro Universitário Unifacvest, Lages, SC, Brasil.

Recebido: fevereiro 10, 2026 | Aceite: março 18, 2026 | Publicação: abril 18, 2026

RESUMO

Introdução: A violência é um fenômeno social complexo, multifacetado, podendo se manifestar de diferentes formas, a exemplo da violência física, psicológica, sexual, entre outros. No Brasil, a realidade da violência apresenta forte relação com o acesso às armas de fogo. **Objetivo:** Identificar o perfil das vítimas acometidas por arma de fogo nos últimos quarenta anos (1981 - 2020) no Brasil, com ênfase nos últimos dez anos antes e durante o primeiro ano da pandemia do novo coronavírus. **Metodologia:** Trata-se de um estudo ecológico de série temporal. Para investigação utilizou-se os dados do sistema de informação sobre mortalidades e os dados populacionais do instituto brasileiro de geografia e estatística. **Resultados:** O ano de 2017 apresentou o maior número de homicídios já registrado no país. Estas mortes colocaram o Brasil entre um dos países com elevado número de homicídios no mundo. A região nordeste lidera o *ranking* por regiões do país. A prevalência de mortes é maior no sexo masculino, em jovens adultos, pardos e negros com ensino fundamental completo ou menos. **Conclusão:** A interrupção da queda nos últimos três anos dos coeficientes e o aumento em 2020, primeiro ano da pandemia e de flexibilização do acesso às armas de fogo, reforçam a necessidade de políticas intersetoriais de controle de armas e de enfrentamento das desigualdades sociais e raciais.

Palavras-chave: Criminalidade; Arma de fogo; Porte de arma; Violência; Covid-19.

ABSTRACT

Introduction: Violence is a complex and multifaceted social phenomenon that can manifest in different forms, such as physical, psychological and sexual violence. In Brazil, lethal violence is strongly related to access to firearms. **Objective:** To identify the profile of victims affected by firearms in Brazil over the last forty years (1981–2020), with emphasis on the last ten years, before and during the first year of the COVID-19 pandemic. **Methodology:** Ecological time-series study using mortality data from the Mortality Information System and population data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics. **Results:** The year 2017 presented the highest number of firearm homicides ever recorded in the country, placing Brazil among the nations with the highest homicide levels worldwide. The Northeast region leads the ranking of firearm deaths among Brazilian regions. Mortality is more prevalent among males, young adults, mixed-race and Black individuals with completed primary education or less. **Conclusion:** There is a persistent pattern of victimization mainly affecting young, mixed-race/Black men with low schooling, especially in the Northeast region. The interruption of the recent decline in mortality coefficients and their increase in 2020, the first year of the pandemic and of more flexible access to firearms, reinforces the need for intersectoral firearm control policies and for tackling social and racial inequalities.

Keywords: Criminology; Fire gun; Carrying a weapon; Violence; Covid-19.

1 INTRODUÇÃO

A violência letal constitui um dos principais problemas de saúde pública e de segurança no Brasil, com níveis de homicídios persistentemente elevados em comparação a outros países. Em âmbito global, a Organização Mundial da Saúde reconhece a violência como importante causa de adoecimento, incapacidade e morte prematura, com forte impacto sobre sistemas de saúde e proteção social (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2002; DAHLBERG; KRUG, 2006).

No Brasil, estimativas recentes apontam que o país figura entre aqueles com maior número absoluto de homicídios do mundo, contribuindo de forma expressiva para a carga global de mortes violentas (CERQUEIRA et al., 2021; UNODC, 2023; IGARAPÉ INSTITUTE, 2023). Boa parte desses eventos está associada ao uso de armas de fogo, que potencializam a letalidade dos conflitos interpessoais e das dinâmicas criminais (FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021; 2022).

Nas últimas décadas, diferentes políticas de controle e de flexibilização do acesso às armas foram implementadas no país. O Estatuto do Desarmamento, aprovado em 2003, estabeleceu requisitos mais rigorosos para registro, posse e porte de armas de fogo, estando associado, em parte, à redução ou desaceleração do crescimento das taxas de homicídio em alguns períodos (BRASIL, 2003; CERQUEIRA; MOURA, 2014).

A partir de 2019, contudo, sucessivas normas ampliaram o número de armas permitidas ao cidadão comum e flexibilizaram procedimentos de aquisição e renovação, contribuindo para o aumento expressivo dos registros de posse e da circulação de armas de maior calibre (FORUM BRASILEIRO

DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021; 2022). Esse movimento regulatório ocorreu em um cenário de profundas desigualdades sociais, raciais e territoriais, em que a violência armada se concentra em contextos já marcados por vulnerabilidades (CERQUEIRA et al., 2021).

A pandemia de COVID-19, declarada em 2020, somou-se a esse quadro. As medidas de distanciamento físico, as restrições de mobilidade, a crise econômica e o aumento das tensões sociais repercutiram sobre distintas formas de violência, inclusive a letal. Ao mesmo tempo, permaneceram em vigor os atos normativos que flexibilizaram o acesso às armas de fogo nos anos imediatamente anteriores, bem como a expansão do número de armas registradas e em circulação (FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022).

A confluência desses processos suscita a hipótese de que o primeiro ano da pandemia possa ter interrompido tendências recentes de queda e contribuído para manter elevados os níveis de homicídios por arma de fogo. Apesar da relevância do tema, ainda são relativamente escassos estudos que integrem uma série temporal longa da mortalidade por arma de fogo no país com uma análise detalhada do perfil sociodemográfico das vítimas no período recente, contemplando diferenças regionais e o marco da pandemia. Boa parte das análises concentra-se em estados ou capitais específicas, ou em recortes curtos de tempo, o que limita a compreensão de como transformações demográficas, políticas e econômicas se articulam à violência letal ao longo das décadas (VERMELHO; LEAL; KALE, 2006; CHEN et al., 2022; CERQUEIRA et al., 2021).

Compreender quem são as principais vítimas, como se comportam os coeficientes de mortalidade por arma de fogo nas diferentes regiões e de que modo o primeiro ano da pandemia se insere nessa trajetória histórica é fundamental para qualificar políticas públicas de segurança, saúde, assistência social e justiça criminal. Essas informações podem subsidiar estratégias de prevenção focadas em grupos mais vulneráveis, orientar o planejamento de ações intersetoriais e contribuir para o debate sobre modelos de controle de armas no país (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2002; CERQUEIRA et al., 2021; FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2024).

Assim, o objetivo deste estudo é identificar o perfil das vítimas de homicídios por arma de fogo no Brasil e em suas regiões, nos últimos dez anos (2011–2020), e analisar a evolução do coeficiente de mortalidade por arma de fogo no período de 1981 a 2020, com ênfase na comparação entre o período imediatamente anterior e o primeiro ano da pandemia de COVID-19.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo ecológico de série temporal, que se propôs a analisar os coeficientes de mortalidade por causas externas envolvendo arma de fogo para o Brasil e suas cinco grandes regiões. Para o cálculo do Coeficiente de Mortalidade (CM) foram utilizados dados referentes ao período de 40 anos, de 1981 a 2020, permitindo avaliar a evolução temporal desse agravo. Para a descrição do perfil das vítimas, adotou-se o recorte mais recente de dez anos, de 2011 a 2020, em consonância com o objetivo do estudo.

Os dados de óbito foram obtidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, e os dados populacionais no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ambos os bancos foram acessados por meio do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

No SIM, consideraram-se os óbitos por causas externas codificados pela Classificação Internacional de Doenças, 9ª Revisão (CID-9) entre 1979 e 1995 e pela CID-10 a partir de 1996. No âmbito da CID-10, foram incluídas as categorias W33 (rifle, espingarda e outras armas de fogo de maior porte), W34 (projéteis de outras armas de fogo e das não especificadas), X93 (agressão por disparo de arma de fogo de mão), X94 (agressão por disparo de arma de fogo de maior calibre), X95 (agressão por disparo de outra arma de fogo ou não especificada), Y23 (disparo de arma de fogo de maior calibre com intenção indeterminada) e Y24 (disparo de outra arma de fogo e de arma de fogo não especificada com intenção indeterminada). Na CID-9, incluíram-se as categorias E922 (acidente causado por arma de fogo), E965 (ataque com arma de fogo ou explosivo), E970 (lesão causada por intervenção legal com arma de fogo), E985 (lesão por arma de fogo e explosivos não especificada se acidental ou provocada), E992 (lesões por arma naval em operações de guerra) e E996 (lesões por arma nuclear em operações de guerra).

Optou-se por não incluir as mortes por lesão autoprovocada intencionalmente por arma de fogo, uma vez que, segundo a CID-10, esse conjunto de eventos engloba tentativas de suicídio e outros comportamentos autoagressivos com especificidades clínicas e epidemiológicas próprias, que demandam estudos específicos (CID-10, 2002).

Quanto à população, utilizaram-se dois conjuntos de dados do IBGE: Censos Demográficos (1980, 1991, 2000 e 2010), a Contagem da População de 1996 e as estimativas intercensitárias para o período de 1981 a 2012, segundo faixa etária, sexo e situação de domicílio; e a Projeção da População das Unidades da Federação por sexo e grupos de idade (2000–2030), empregada para o período de 2013 a 2020, considerando a população residente.

O Coeficiente de Mortalidade por causas externas envolvendo arma de fogo foi calculado pela razão entre o número total de óbitos de residentes por essas causas e a população total residente,

multiplicado por 100.000 habitantes, para cada ano, região e para o Brasil no período de 1981 a 2020, de acordo com a seguinte expressão: $CM = (\text{óbitos por causas externas com arma de fogo/população total residente}) \times 100.000$ (VERMELHO; LEAL; KALE, 2005).

Para estabelecer o perfil das vítimas de homicídios por arma de fogo no Brasil entre 2011 e 2020, utilizaram-se os registros do SIM com recorte temporal correspondente e codificação CID-10. Foram analisados os seguintes atributos sociodemográficos: sexo, faixa etária, cor/raça e escolaridade. No que se refere à escolaridade, os anos de estudo foram agrupados em: Ensino Fundamental completo ou menos (nenhuma escolaridade, 1 a 3 anos e 4 a 7 anos); Ensino Médio incompleto ou completo (8 a 11 anos); Ensino Superior incompleto ou completo ou mais (12 anos ou mais); e categoria Ignorado, quando a informação não estava disponível nas Declarações de Óbito ou não havia sido lançada no sistema.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendência temporal da mortalidade por arma de fogo no Brasil (1981–2020)

O Coeficiente de Mortalidade (CM) por causas externas envolvendo arma de fogo, no Brasil, apresentou crescimento contínuo nos últimos 40 anos, com algumas oscilações (Figura 1). Em 1981, o CM era de 7,09 óbitos por arma de fogo a cada 100 mil habitantes e, entre 1981 e 2003, observou-se aumento expressivo, atingindo 21,44 óbitos por 100 mil habitantes em 2003. Em seguida, verificou-se declínio entre 2003 e 2005, quando os coeficientes foram de 21,44, 20,00 e 18,89, respectivamente. Em 2006 o aumento voltou a ocorrer, alcançando 19,33 óbitos por 100 mil habitantes, e seguiu trajetória ascendente até 2017, ano em que o CM atingiu 23,41, o maior valor da série histórica.

Em 2018 e 2019 observou-se redução, com coeficientes de 20,42 e 15,72, respectivamente. Essa queda tem sido associada, em parte, ao efeito combinado de políticas de segurança focadas em territórios específicos, mudanças demográficas e maior controle de armas em alguns estados. Estudos discutem esses mecanismos em diferentes momentos, tanto ao analisarem a desaceleração do crescimento da violência letal quanto ao examinarem a evolução recente dos homicídios no país (CERQUEIRA et al., 2019). No entanto, em 2020, primeiro ano da pandemia de COVID-19 e de maior flexibilização do acesso às armas de fogo, o CM nacional voltou a crescer, alcançando 16,69 óbitos por 100 mil habitantes.

Embora esse valor permaneça inferior ao pico observado em 2017, ele interrompe a tendência de queda verificada nos anos imediatamente anteriores e sugere a combinação de múltiplos fatores,

como tensões sociais agravadas pela crise sanitária e econômica, maior circulação de armas no ambiente doméstico e reorganização das dinâmicas criminais durante o período de distanciamento social (BARROS; MARQUES, 2020; FBSP, 2022; BERTONI, 2020). Ressalta-se que os dados analisados se limitam ao ano de 2020; a evolução dos coeficientes nos anos subsequentes deverá ser objeto de investigações futuras, à medida que novas bases consolidadas forem disponibilizadas.

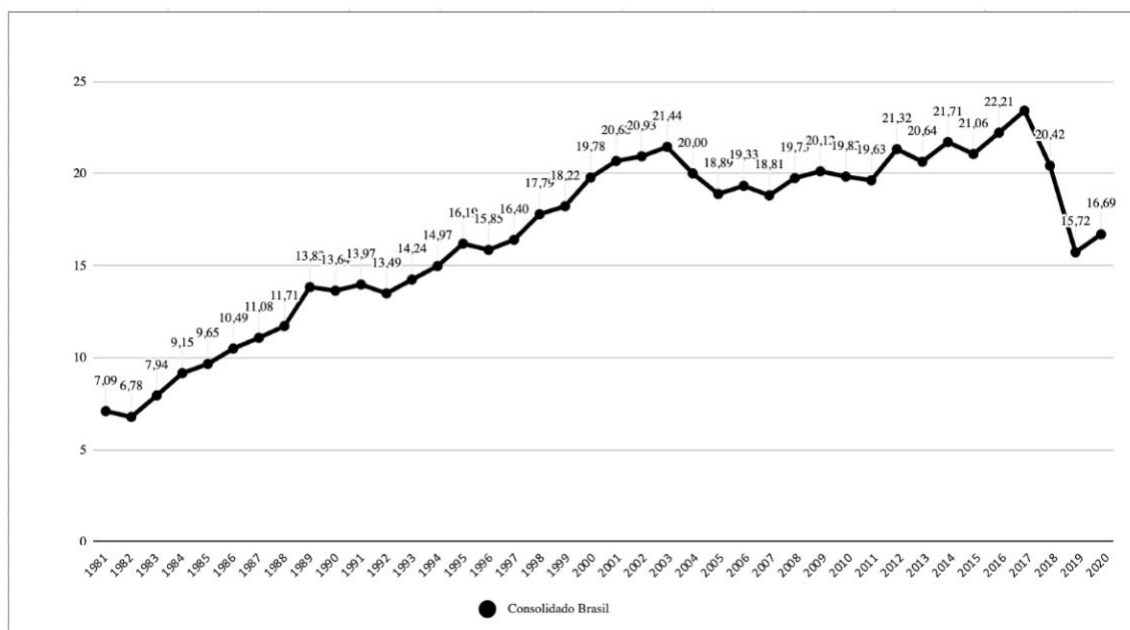


Figura 1 - Coeficiente de Mortalidade por causa externa com arma de fogo, por 100mil habitantes - Brasil - 1981 - 2020

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) - Mortalidade desde 1996 pela CID-10 e Mortalidade – 1979 a 1995 pela CID-9 - Óbitos por causas externas e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censos, Contagem, Projeções intercensitárias e Projeção da População das Unidades da Federação - População Residente (2022)

Esse movimento é coerente com análises anteriores que relacionam a elevação dos homicídios por arma de fogo ao aumento da circulação de armas, à expansão de mercados ilícitos e à fragilidade das estruturas de segurança pública, ao passo que parte da desaceleração ou queda em determinados períodos é atribuída à combinação entre o Estatuto do Desarmamento, políticas de segurança focadas em territórios específicos e mudanças demográficas (WAISELFISZ, 2014; CERQUEIRA; MOURA, 2014; CERQUEIRA et al., 2019; VERMELHO; LEAL; KALE, 2005).

A retomada do crescimento em 2020 ocorre no contexto do primeiro ano da pandemia de COVID-19 e da flexibilização recente das normas sobre aquisição e porte de armas de fogo, o que sugere a interação entre crise sanitária, agravamento de vulnerabilidades sociais e incremento do estoque de armas em circulação (NETO, 2020; NETO; PARDAL, 2021; NONATO; MODESTO, 2021).

Distribuição regional dos coeficientes de mortalidade por arma de fogo

A Figura 2 apresenta a evolução dos coeficientes de mortalidade por arma de fogo nas cinco grandes regiões brasileiras. Até o início dos anos 2000, as regiões Sudeste e Sul registravam os maiores CM, enquanto Nordeste, Norte e Centro-Oeste apresentavam valores mais baixos. A partir de meados da década de 2000, entretanto, o Nordeste passa a exibir aumentos sucessivos, ultrapassando as demais regiões e alcançando, em 2020, o maior coeficiente do país, com 30,34 óbitos por 100 mil habitantes.

Em sentido oposto, o Sudeste apresenta trajetória de redução progressiva, encerrando 2020 com o menor CM regional (8,96 por 100 mil habitantes). As regiões Norte e Centro-Oeste também exibem elevação relevante dos indicadores ao longo da série, aproximando-se dos níveis observados no Nordeste, enquanto o Sul se mantém em faixa intermediária, com oscilações menos acentuadas.

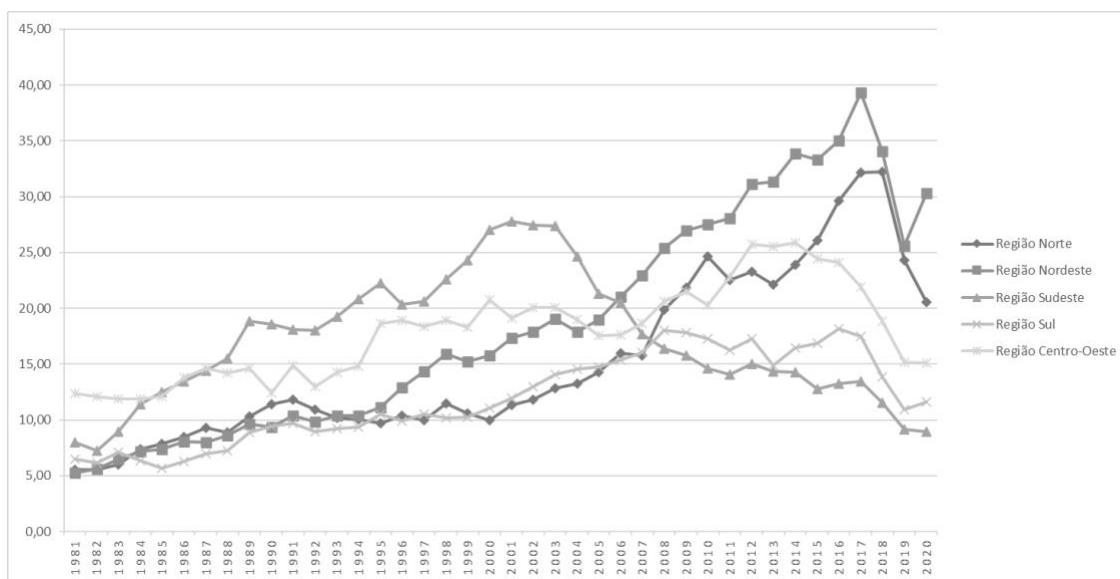


Figura 2 - Coeficiente de Mortalidade por causa externa com arma de fogo, por 100mil habitantes - Regiões do Brasil - 1981-2020

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) - Mortalidade desde 1996 pela CID-10 e Mortalidade – 1979 a 1995 pela CID-9 - Óbitos por causas externas e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censos, Contagem, Projeções intercensitárias e Projeção da População das Unidades da Federação - População Residente (2022)

A partir de 2018 e 2019, observa-se diminuição do CM em todas as regiões, o que pode estar relacionado a combinações distintas de políticas de segurança, mudanças na dinâmica do mercado de drogas e fatores demográficos locais (CERQUEIRA, 2019; MANSO; DIAS, 2018). Em 2020, contudo, verifica-se nova inflexão, com aumento dos coeficientes na maior parte do território nacional, em um contexto marcado pela pandemia de COVID-19, por tensões sociais, ampliação do desemprego e continuidade da flexibilização das regras de acesso às armas de fogo.

A tabela 1, detalha o CM por causa externa com arma de fogo, por 100 mil habitantes, por regiões do Brasil, de 1981 a 2020. A Região Centro Oeste continuou a aumentar o CM, com pequenas oscilações, até 2016, quando entrou num declínio, fechando 2020 com 15,07.

Tabela 1 - Coeficiente de Mortalidade por causa externa com arma de fogo, por 100mil habitantes - Regiões do Brasil - 1981-2020

ANOS	Regiões do Brasil					Total
	Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste	
1981	5,54	5,27	8,03	6,51	12,38	7,09
1982	5,51	5,62	7,24	6,15	12,07	6,78
1983	5,99	6,50	8,95	7,13	11,86	7,94
1984	7,38	6,50	11,39	6,32	11,87	9,15
1985	7,83	6,50	12,53	5,66	12,08	9,65
1986	8,50	6,50	13,47	6,29	13,80	10,49
1987	9,29	6,50	14,41	6,95	14,64	11,08
1988	8,85	6,50	15,47	7,23	14,20	11,71
1989	10,31	6,50	18,85	8,85	14,60	13,83
1990	11,39	6,50	18,54	9,42	12,42	13,64
1991	11,82	6,50	18,12	9,71	14,90	13,97
1992	10,95	6,50	18,04	8,96	12,97	13,49
1993	10,18	6,50	19,27	9,25	14,28	14,24
1994	10,07	6,50	20,86	9,37	14,85	14,97
1995	9,71	6,50	22,28	10,55	18,65	16,19
1996	10,40	6,50	20,33	9,89	18,94	15,85
1997	9,95	6,50	20,65	10,50	18,35	16,40
1998	11,49	6,50	22,63	10,16	18,90	17,79
1999	10,61	6,50	24,30	10,25	18,30	18,22
2000	9,98	6,50	27,04	11,04	20,73	19,78
2001	11,33	6,50	27,80	11,99	19,14	20,68
2002	11,83	6,50	27,44	12,97	20,08	20,93
2003	12,86	6,50	27,36	14,07	20,05	21,44
2004	13,27	6,50	24,68	14,53	18,98	20,00
2005	14,26	6,50	21,33	14,74	17,53	18,89
2006	16,01	6,50	20,50	15,35	17,64	19,33
2007	15,81	6,50	17,69	16,02	18,62	18,81
2008	19,89	6,50	16,41	18,05	20,63	19,75
2009	21,85	6,50	15,80	17,81	21,48	20,12
2010	24,65	6,50	14,58	17,30	20,25	19,83
2011	22,54	6,50	14,07	16,23	22,82	19,63
2012	23,26	6,50	15,04	17,26	25,75	21,32
2013	22,14	6,50	14,36	14,87	25,54	20,64
2014	23,93	6,50	14,30	16,43	25,87	21,71
2015	26,12	6,50	12,75	16,87	24,45	21,06
2016	29,65	6,50	13,28	18,18	24,12	22,21
2017	32,18	6,50	13,44	17,46	21,92	23,41
2018	32,24	6,50	11,54	13,84	18,87	20,42
2019	24,31	6,50	9,17	10,93	15,18	15,72
2020	20,54	6,50	8,96	11,62	15,07	16,69

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) - Mortalidade desde 1996 pela CID-10 e Mortalidade – 1979 a 1995 pela CID-9 - Óbitos por causas externas e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censos, Contagem, Projeções intercensitárias e Projeção da População das Unidades da Federação - População Residente (2022).

A região nordeste obteve o menor CM em 1981, com 5,27. Contudo, até 2017 aumentou seus números, sendo que desde 2006 é a região com maior número de mortes por arma de fogo por habitantes, tendo seu CM de 21,02. Em 2018 e 2019 teve baixas significativas, tendo CM de 34,05 e 25,59, respectivamente, mas aumentou em 2020, tendo CM de 30,34, continuando com o maior número do Brasil.

A região sudeste, em 1981, teve o CM de 8,03 e era o segundo CM do país. No decorrer dos anos teve aumento até 2003, quando chegou a CM de 27,36 e começou o declínio dos seus números. Ressaltando que de 1988 a 2005 a região sudeste liderava o CM do país. O declínio do CM continuou fechando em 2020 com CM de 8,96, o menor coeficiente do Brasil.

Em terceiro lugar, em 1981, se encontrava a região sul, com CM de 6,51. A região apresentou aumento progressivo dos seus números, com oscilações, até 2017, onde teve CM de 17,46. Em 2018 e 2019 a Região Sul teve declínios importantes, apresentando CM de 13,84 e 10,93, respectivamente, e em 2020 voltou a ter aumento, apresentando CM de 11,62, contudo, ficou em penúltima posição em nível nacional.

A região norte, em 1981, estava em penúltimo lugar em nível nacional, com CM de 5,54 e apresentou aumento dos seus números até 2018, com oscilações, chegando ao CM de 32,24, sendo então a segunda região com maior coeficiente de mortalidade por arma de fogo. Contudo, teve baixas significativas, chegando a CM de 24,31 e 20,54, em 2019 e 2020, respectivamente, terminando na segunda posição.

Perfil sociodemográfico das vítimas (2011–2020)

Para caracterizar o perfil das vítimas no período recente, analisaram-se os homicídios por arma de fogo no Brasil entre 2011 e 2020 segundo sexo, faixa etária, cor/raça e escolaridade. A Figura 3 mostra que a grande maioria das vítimas é do sexo masculino, padrão que se mantém estável ao longo de todo o período. A Figura 4 evidencia concentração das mortes entre jovens adultos, sobretudo nas faixas etárias de 20 a 29 anos, embora adolescentes e adultos em idade produtiva também apresentem participação expressiva. A Figura 5 indica que a maior parte das vítimas se declara parda ou negra, e a Figura 6 mostra predominância de indivíduos com ensino fundamental completo ou menos.

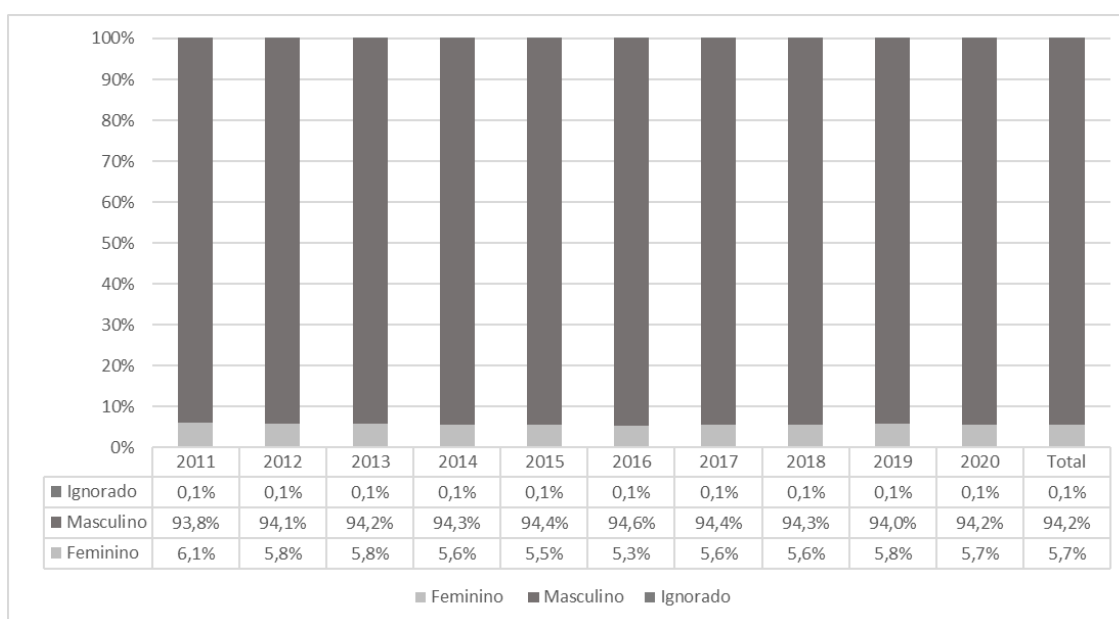


Figura 3 - Prevalência, por gênero, dos sujeitos mortos por arma de fogo - Brasil - 2011-2020

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) - Mortalidade desde 1996 pela CID-10 - Óbitos por causas externas e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Projeções intercensitárias e Projeção da População das Unidades da Federação - População Residente (2022)

Esse perfil é consistente com a literatura que descreve a violência letal por arma de fogo no país como fenômeno que recai desproporcionalmente sobre homens jovens, negros ou pardos, com baixa escolaridade, residentes em territórios marcados por pobreza, informalidade e presença de grupos armados (CERQUEIRA et al., 2019; FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021).

A concentração de óbitos nesse segmento da população implica importante perda de anos potenciais de vida e reforça o vínculo entre violência armada, racismo estrutural e desigualdade de oportunidades. Do ponto de vista da saúde coletiva, trata-se de um agravo que aprofunda iniquidades já existentes e demanda respostas que articulem segurança pública, educação, assistência social e políticas de juventude (VERMELHO; LEAL; KALE, 2005; ONU, 2002).

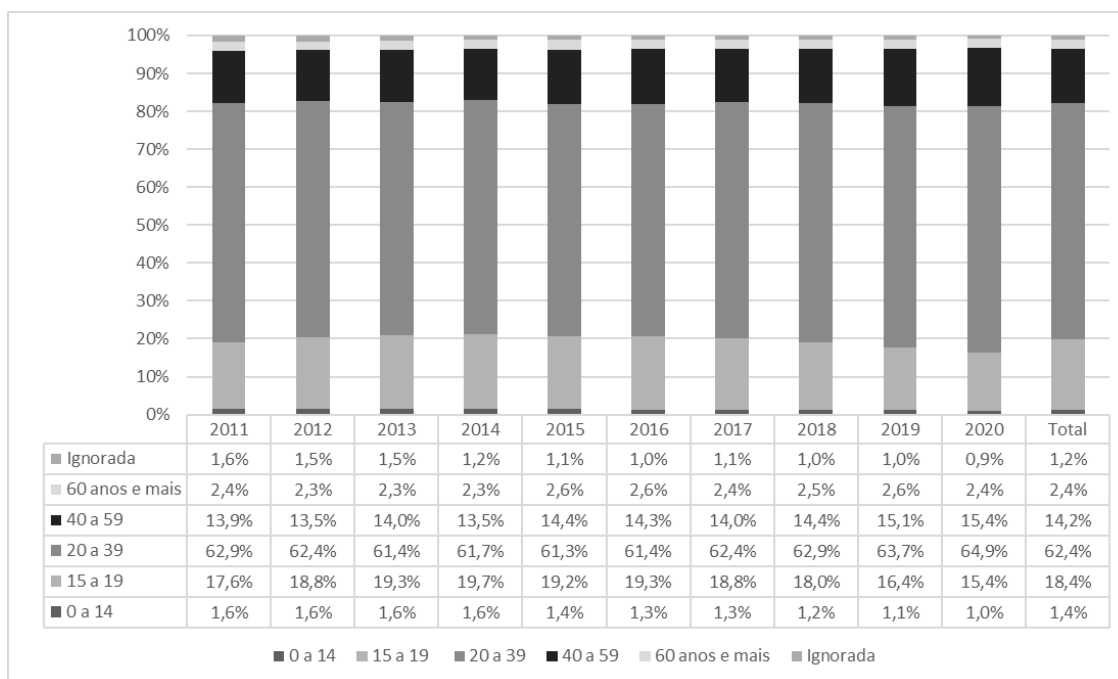


Figura 4 - Prevalência, por faixa etária, dos sujeitos mortos por arma de fogo - Brasil - 2011-2020

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) - Mortalidade desde 1996 pela CID-10 - Óbitos por causas externas e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Projeções intercensitárias e Projeção da População das Unidades da Federação - População Residente (2022).

Os estudos apontam que as mudanças demográficas contribuíram em 23% para redução da taxa de homicídios com variações significativas entre as regiões. A redução da taxa de mortalidade por homicídios decorre da diminuição do número de adolescentes jovens de 10 a 19 anos, da estabilidade do quantitativo de jovens de 20 a 29 anos, e da diminuição do risco de mortalidade para o grupo populacional de 20 a 29 anos (FBSP, 2022).

A grande heterogeneidade no ritmo do envelhecimento populacional por Região, em que o Sudeste e Sul avançaram com maior intensidade, ao passo que os estados do Norte e Nordeste começaram posteriormente nessa jornada. Coincidentemente ou não, a maior redução de homicídios no país aconteceu justamente no Sudeste e Sul, ao passo que os Estados com piores evoluções nas dinâmicas de homicídios são aqueles localizados na região Norte e Nordeste (FBSP, 2022).

O resultado deste estudo (figura 3) corrobora com a estatística brasileira e diversas pesquisas, nas quais, os homens são as maiores vítimas de agressão por arma de fogo. Pode-se afirmar que os homens estão mais expostos aos problemas sociais, decorrentes do tipo de trabalho, formas de diversão e lazer e ociosidade. Enfatizando-se, ainda, a "cultura machista", predominante na sociedade

brasileira, sobretudo em regiões de menor acesso à educação, onde os desentendimentos entre as pessoas são resolvidos entre elas próprias (NACHIF, 2006).

Assim como encontrado na pesquisa (figuras 3 e 4), o estudo realizado pelos autores Costa et al. (2014) indicam maior exposição à violência de indivíduos do sexo masculino, na adolescência e adultos jovens, relacionando-se não apenas a problemas sociais, mas também à imaturidade dos jovens, por ausência de projetos de vida bem definidos. O risco de morte do homem jovem, de 20 a 29 anos, por arma de fogo, é 20 vezes superior, quando comparado à mulher na mesma faixa etária, sendo sete vezes maior a outras faixas etárias e quatro vezes superior ao restante da população masculina (COSTA et al, 2014).

Os homicídios são a principal causa de morte de jovens (15 a 29 anos) no Brasil, e atingem especialmente homens negros, moradores de periferias e áreas metropolitanas. Cerca de 53,38% dos 56.337 homicídios ocorridos em 2012 foram de jovens (30.072). Desses, 77,0% eram negros e 93,30% do sexo masculino. Esse quadro representa uma questão de saúde pública e de grave violação aos direitos humanos (WAISELFISZ, 2014). Dados esses que vão de encontro com os encontrados na pesquisa com mais de 60% dos números de jovens adultos entre 20 a 39 anos, bem como de cor/raça parda sendo os acometidos por homicídios de arma de fogo (figura 4 e 5).

Tal verificação pode ser uma evidência de que a vitimização de indivíduos negros e pardos é elevada e também uma demonstração de os mesmos estão mais envolvidos em situações de risco de vida. A vitimização pode ser explicada pelo fato dos negros serem duplamente discriminados no Brasil, tanto pela cor de pele quanto pela situação socioeconômica (WAISELFISZ, 2016).

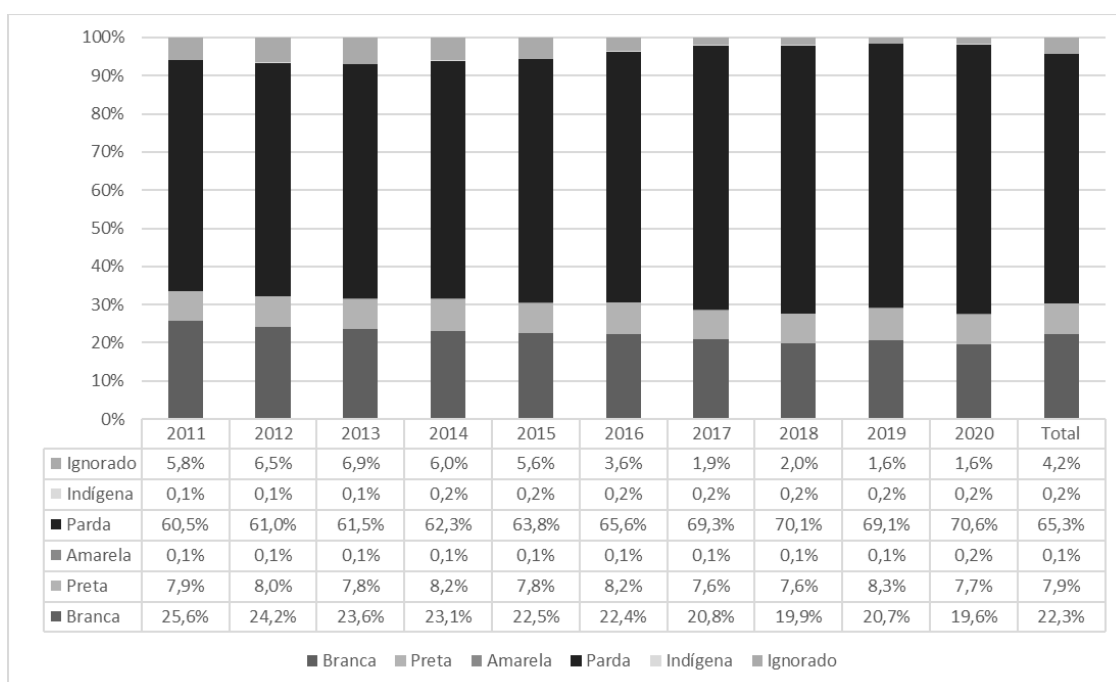


Figura 5 - Prevalência, por cor/raça, dos sujeitos mortos por arma de fogo - Brasil -2011-2020

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) - Mortalidade desde 1996 pela CID-10 - Óbitos por causas externas e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Projeções intercensitárias e Projeção da População das Unidades da Federação - População Residente (2022)

Segundo Cerqueira (2013), o racismo aumenta a vitimização de indivíduos negros de dois canais diferentes, retratadas pelo mesmo como: direto e indireto. O canal direto associa a maior vitimização de negros a uma parte específica da ideologia racista, na qual a vida dos mesmos valeria menos que a vida dos brancos. O canal indireto está associado à péssima condição socioeconômica dos afrodescendentes no Brasil. Tal condição pode estar integrada aos efeitos culturais que a ideologia do racismo emprega no mercado de trabalho.

A predominância em todo o recorte temporal foi de sujeitos com ensino fundamental completo, incompleto ou menos, com a prevalência de 55,1% em 2011, 54,4% em 2020 e no total 55,6%. Os dados ignorados começam em 2011 na segunda posição, com 27,1%, sendo responsável por mais de ¼ dos dados, passando para a terceira posição em 2018, com 19,4% e ficando ainda com 18,4% em 2020, sendo responsável por mais de ¼ dos dados.

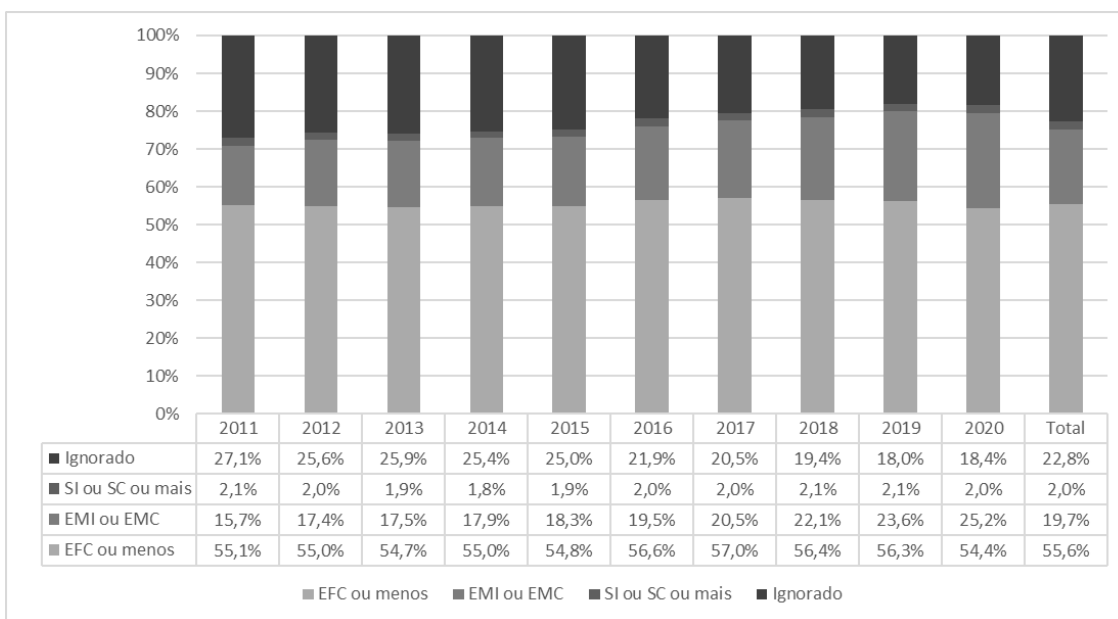


Figura 6 - Prevalência, por escolaridade, dos sujeitos mortos por arma de fogo - Brasil - 2011-2020

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) - Mortalidade desde 1996 pela CID-10 - Óbitos por causas externas e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Projeções intercensitárias e Projeção da População das Unidades da Federação - População Residente (2022)

Correa e Lobo (2019) intensificaram suas investigações na distribuição espacial e na possível correlação entre os crimes de homicídio, pobreza/vulnerabilidade social e ocorrências de tráfico de drogas durante o período de 2013 a 2015 no município de Belém. Os autores identificaram que a

pobreza nas regiões periféricas de Belém aliada à atuação de organizações criminosas são fatores determinantes para a proliferação dos homicídios na capital paraense.

Costa et al. (2020) identificou o perfil das vítimas dos homicídios dolosos ocorridos em Belém no período de janeiro a junho de 2019, analisando as variáveis sexo, idade, grau de escolaridade, cor da pele e bairro de ocorrência do fato, esta pesquisa identificou que as vítimas são do sexo masculino, solteiras, com baixa escolaridade, cor de pele negra e residentes em regiões periféricas de Belém. Fato esse evidenciado no estudo quanto ao nível de escolaridade (2011-2020), no qual mais de 50% possuem o ensino fundamental completo ou menos (figura 6).

Pandemia de COVID-19 e a flexibilização do acesso às armas e violência letal

A difusão de armas de fogo na sociedade brasileira, aliada a contextos de desigualdade social e fragilidade das instituições de segurança e justiça, contribuiu para a manutenção de elevados níveis de violência letal. A partir de 2019, decretos e atos normativos ampliaram o número de armas que poderiam ser adquiridas por cidadãos, flexibilizaram critérios de avaliação psicológica e facilitaram o acesso a munições (BRASIL, 2019; BRASIL, 2021; NETO; PARDAL, 2021). Esse processo ocorre em paralelo ao aumento da circulação de armas em diferentes regiões e à persistência de mercados ilícitos altamente armados (NONATO; MODESTO, 2021).

A pandemia de COVID-19 adicionou novas camadas de complexidade a esse cenário. As medidas de distanciamento físico, a retração econômica, o aumento do desemprego e a sobrecarga dos serviços públicos de saúde e de segurança impactaram distintos tipos de violência, incluindo a doméstica, a interpessoal e a criminal (GUO et al., 2020; ONU, 2020). No caso dos homicídios por arma de fogo, o novo aumento observado em 2020, após a queda de 2018–2019, sugere que a combinação entre crise sanitária, agravamento das condições socioeconômicas e flexibilização do acesso às armas pode ter contribuído para reverter, ainda que parcialmente, a tendência de redução recém-iniciada.

No Brasil, durante a pandemia, as relações sociais influenciaram diretamente no agravamento de quadros de estresse e depressão, crescimento do consumo de álcool, aumento do desemprego, bem como, a influência direta do crime organizado, contribuindo assim no aumento da criminalidade (LIMA, 2021). A pesquisa apontou um crescimento no número de mortes por arma de fogo, no ano de 2020, em comparação ao ano de 2019, estando a região nordeste com homens jovens adultos, pardos e com escolaridade baixa com maiores percentuais.

Campos, Tchalekian, Paiva (2020) apontaram alguns fatores que fizeram aumentar e justificar a criminalidade, tais como, o crescente consumo de bebidas alcóolicas, principalmente pelos homens. Em bairros pobres, os estudantes não tiveram acesso à internet, além do atraso ou falta de acesso ao auxílio emergencial como fatores de discórdia. Também cresceu o desemprego e a vulnerabilidade social da mulher com falta de renda, fome e fechamento de creches e escolas, onde era oferecido a merenda que é a principal refeição dos filhos. Ainda, o aumento da violência devido ao desfalque econômico e a incompreensão dos governantes (CAMPOS; TCHALEKIAN; PAIVA, 2020).

Com as medidas de isolamento social, uma pesquisa demonstrou que em dois momentos, no início do período pandêmico (primeiro momento se deu de 22 a 25 de março e o segundo momento de 3 a 9 de abril de 2020), foi feito um comparativo acerca dos efeitos do isolamento social, percebendo-se um aumento nos níveis de ansiedade e depressão associados ao período vivenciado. Contudo, as estatísticas desse estudo mostraram que os níveis de ansiedade-estado das pessoas diminuíram nas semanas seguintes de quarentena, quando isoladas em casa sozinhas (SILVA *et al*, 2021).

Por sua vez, o estudo demonstrou que, quando isoladas com a presença de familiares idosos dependentes, trouxe índices elevados de depressão e ansiedade, bem como para trabalhadores essenciais que permaneceram exercendo as atividades laborais, como profissionais de saúde, técnicos de laboratório, pessoas do setor agrícola e venda de alimentos (CANET-JURIC *et al*, 2020).

Por outro lado, as Mortes Violentas Intencional (MVIs), uma categoria que agrega as tipologias de homicídios como: doloso, lesão corporal seguida de morte, latrocínio e morte decorrentes de intervenção policial, representando o total de vítimas de mortes violentas com intencionalidade definida, voltaram a crescer no Brasil nos primeiros seis meses de 2020 e acumularam um crescimento de 7,1 %. Segundo os autores, foram 25.712 mortes no primeiro semestre de 2020, contra 24.012 no mesmo período de 2019 (BARROS & MARQUES, 2020).

A região nordeste liderou o aumento de mortes em todo o país, sozinha, ela teve uma alta de 22,4 % nos primeiros seis meses de 2020 em comparação ao ano anterior. Na região sudeste, isso se refletiu nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, destacando o Rio de Janeiro com um aumento considerável de 50% em casos de violência doméstica, por conta do isolamento social (LEITE, 2020).

Na primeira atualização de um relatório produzido a pedido do Banco Mundial, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, destaca a prevalência de casos de feminicídios que cresceu 22,2% entre março e abril de 2020 em 12 estados do país, comparativamente ao ano anterior. Segundo o relatório, o estado em que se observa o agravamento mais crítico é o Acre, onde o aumento foi de 300%. Na região, o total de casos passou de um para quatro ao longo do bimestre. Também tiveram

destaque negativo o Maranhão, com variação de 6 para 16 vítimas (166,7%), e Mato Grosso, que iniciou o bimestre com 6 vítimas e o encerrou com 15 (150%) (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

Segundo os dados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMDH) para o “Estadão Conteúdo” (2020), em abril do ano de 2020, quando o isolamento social imposto pela pandemia já durava mais de um mês, o canal 180, recebeu cerca de 40% a mais de denúncias de violência contra a mulher em relação ao mês de abril em 2019. Porém, houve um reforço no combate à violência contra a mulher, com a sanção da Lei 14.022/2020, por meio da PL 1.291/2020 que tornou essenciais os serviços de combate à violência doméstica durante a pandemia de covid-19 para proteger as mulheres e se estendendo aos idosos, crianças e pessoas com deficiência (BORGES, 2020).

Acredita-se que, as medidas de isolamento social que foram uma das principais ações de controle e mitigação do início da pandemia de COVID-19, podem ter potencializado conflitos domiciliares, aumentando as chances de brigas, discussões, agressões, tensões sociais, emocionais e econômicas, provocando um cenário oportuno para a ocorrência de violência praticada por cônjuges ou parceiros íntimos e sobretudo dificultando o acesso aos órgãos policiais para notificação ou qualquer pedido de ajuda, por conta do isolamento social exigido pelo período e enfrentamento ao problema de saúde pública (MARANHÃO, 2020).

Vale mencionar ainda acerca da subnotificação de registros de violência no Brasil, segundo Prado e colaboradores (2020) as causas podem estar relacionada a alguns fatores, como dificuldades operacionais, o que leva a um aumento da demora e falta de orientações adequadas. O estudo observou ainda que todos os estados apresentaram subnotificação menos do que esperado ou devido no período da pandemia, o que é uma preocupação para aqueles responsáveis por tomar decisões.

5 CONCLUSÃO

Ao analisar quatro décadas de mortalidade por arma de fogo no Brasil, observou-se que o coeficiente de homicídios se manteve em patamares elevados, com forte crescimento nas primeiras décadas da série, redução mais recente e nova inflexão no primeiro ano da pandemia de COVID-19. A queda registrada em 2018–2019 foi seguida de aumento em 2020, em um contexto marcado simultaneamente pela crise sanitária, pelo agravamento das vulnerabilidades sociais e pela flexibilização do acesso às armas de fogo, o que sugere a interação desses fatores na manutenção de níveis preocupantes de violência letal no país.

O perfil das vítimas permaneceu estável ao longo dos últimos dez anos analisados, concentrando-se em homens jovens, majoritariamente pardos ou negros, com baixa escolaridade e residentes em regiões historicamente marcadas por desigualdades, em especial o Nordeste. Esse padrão evidencia o entrelaçamento entre violência armada, racismo estrutural, pobreza e oportunidades limitadas de escolarização e trabalho, indicando que determinados grupos populacionais seguem desproporcionalmente expostos ao risco de morte por arma de fogo.

Esses achados indicam que medidas pontuais de restrição ou flexibilização do acesso às armas, isoladamente, não são suficientes para alterar a estrutura da mortalidade por arma de fogo. Torna-se necessário refletir e articular o controle da circulação de armas a políticas intersetoriais voltadas à redução das desigualdades sociais e raciais, ao fortalecimento das instituições de segurança e justiça e à proteção da juventude em territórios vulneráveis.

Considerando que o recorte temporal deste estudo se encerra em 2020, recomenda-se que investigações futuras incorporem dados dos anos subsequentes à pandemia e aprofundem análises locais e qualitativas após a consolidação dos dados nas bases, de modo a compreender com maior precisão os fatores que produzem e reproduzem a violência letal no Brasil.

CONFLITOS DE INTERESSE

Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

USO DE TECNOLOGIAS ASSISTIDAS E IA

Declaramos que não foi utilizado nenhum recurso de Inteligência Artificial no processo de elaboração deste manuscrito.

6 REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Direitos Humanos. Casos de feminicídio crescem 22% em 12 estados durante a pandemia.** Agência Brasil, Publicado em 01/06/2020- 14:34 Por Letycia Bond Repórter da Agência Brasil - São Paulo, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-06/casos-de-femicidio-crescem-22-em-12-estados-durante-pandemia>. Acesso em: 19 out. 2025.

BARROS, B. W.; MARQUES, D. O impacto da pandemia no crime e na violência no Brasil: análise do primeiro semestre de 2020.. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, v. 1, n. 14, p. 1-1, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wpcontent/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>> Acesso em: 19 out. 2025.

BERTONI, E. (ed.). Qual o impacto da pandemia nos índices de criminalidade. **Nexo jornal. São Paulo**, p. 1-1. 14 abr. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/04/14/Qual-o-impacto-da-pandemia-nos-indices-de-criminalidade>

[%C3%ADndices-de-criminalidade](#)> Acesso em: 19 out. 2025.

BORGES, I. F. **Lei que combate violência doméstica durante a pandemia já está em vigor**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2020/07/09/lei-que-combateviolencia-domestica-durante-a-pandemia-ja-esta> > Acesso em: 19 out. 2025.

BRASIL. **Decreto n. 9.847, de 25 de junho de 2019**. Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2019. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9847.htm> Acesso em: 19 out. 2025.

BRASIL. **Departamento de informática do SUS. Ministério da Saúde - DATASUS**. 2014. Disponível em www.datasus.gov.br. Acesso em: 8 nov. 2025.

BRASIL. **Lei n. 10.826, de 22 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.826.htm> Acesso em: 19 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Nota Informativa n. 17/2020- SE/GAB/SE/MS, 2020**. Disponível em: <http://antigo.saude.gov.br/images/pdf/2020/August/12/COVID-11ago2020-17h16.pdf> . Acesso em: 19 out. 2025.

CANET-JURIC, L. et al. A Longitudinal Study on the Emotional Impact Cause by the COVID-19 Pandemic Quarantine on General Population, *Front. Psychol*, 2020.

CAMPOS, B.; TCHALEKIAN, B.; PAIVA, V. Violence against women: programmatic vulnerability in times of sars-cov-2 / covid-19 in São Paulo. **Psicol. Soc.**, v. 32, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240336> . Acesso em: 30 jan. 2025.

CERQUEIRA, D.; MOURA, R. L. de. Efeito da Mudança Demográfica sobre a Taxa de Homicídios no Brasil. v. 84., 2014. Anais [...]. Rio de Janeiro: **Anais do XLII Encontro Nacional de Economia**, 2014. p. 1–21. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/p/anp/en2014/204.html>> Acesso em: 19 out. 2025.

CERQUEIRA, Daniel et al. Atlas de violência 2019. **Ipea**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf>. Acesso em: 19 out. 2025.

CERQUEIRA, D. et al. Atlas da violência 2021. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 2021. [Fórum Brasileiro de Segurança Pública+1](#)

CHEN, E. W.; GOMES, L. M. X.; BARBOSA, T. L. A. Homicídios: mortalidade e anos potenciais de vida perdidos. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 35, eAPE01116, 2022. [Periódicos UFBA+3SciELO+3Acta APE+3](#)

CORRÊA, R. S. S.; LOBO, M. A. A. Distribuição espacial dos homicídios na cidade de Belém (PA): entre a pobreza/vulnerabilidade social e o tráfico de drogas. urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, 2019.

COSTA, C.F.P.S.; DUARTE, L.N.; ALMEIDA, S.S.; SOUZA, C.R.B. Investigação criminal igual para todos (as)? Uma análise a partir do perfil das vítimas de homicídios dolosos em Belém/Pará, **Research, Society and Development**, v. 9, n. 12, 2020

COSTA, F. A. M. M.; TRINDADE, R. F. C.; SANTOS, C. B. Deaths from homicides:

a historical series. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692014000601017&lng=em. Acesso em: 19 out. 2025.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA. Relatório das Audiências de Custódia em Salvador (2023), Núcleo de Pesquisas Estratégicas, **Escola Superior da Defensoria Pública da Bahia** (ESDEP), Bahia, 2023.

FERREIRA, S. P.; LIMA, R. S.; BESSA, V. Criminalidade violenta e homicídios em São Paulo: fatores explicativos e movimentos recentes. **Homicídios: políticas de prevenção e controle**. Brasília, 2009.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, 2022.

FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA. Coordenação Centro de Direitos Econômicos e Sociais. Panorama dos conflitos fundiários no Brasil: **Relatório 2019-2020**, Porto Alegre: CDES Direitos Humanos, 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021. São Paulo: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, ano 15, 2021. [Fórum Brasileiro de Segurança Pública+2Forum Segurança+2](#)

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 2024. [Fórum Brasileiro de Segurança Pública+2Forum Segurança+2](#)

GALVANI, G. **Violência doméstica na quarentena: como se proteger de um abusador?** Carta Capital, 2020.

GUO, Y. R, CAO, Q. D, HONG, Z. S, TAN, Y. Y, CHEN. S. D, JIN, H. J, et al. The origin, transmission and clinical therapies on coronavirus disease 2019 (COVID-19) outbreak – an update on the status. **Mil Med Res**, v. 7, n. 11, 2020.

INSTITUTO SOU DA PAZ, **Custos da Violência Armada: Gastos da saúde pública com atendimento de vítimas de arma de fogo**. 2ª edição, 2023

INSTITUTO IGARAPÉ. Homicide Monitor: distribution, dimensions and dynamics of lethal violence in the world. Rio de Janeiro: **Instituto Igarapé**, 2023. Disponível em: <<https://homicide.igarape.org.br>>. Acesso em: dia mês ano. [Instituto Igarapé+2homicide.igarape.org.br+2](#)

JEAN, C.C. A Violência no Brasil. Causas e recomendações políticas para a sua prevenção, **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 4, n. 1, p.53-69, 1999.

LEITE, C. Países registram aumento de violência doméstica durante período de quarentena; veja como denunciar casos no Ceará. **O Povo Online**, 2020. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/coronavirus/2020/03/30/paises-registram-aumento-de-violenciadomestica-durante-periodo-de-quarentena--veja-como-denunciar-casos-no-ceara.html>.> Acesso em: 19 out. 2025.

LIMA, N. T. et al. **A Pandemia de COVID-19: uma crise sanitária e humanitária**. Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2020

LIMA, R. S. de et al. Atlas da violência 2021. São Paulo: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**; Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2021.

MANSO, B. P.; DIAS, C. C. N.; GUERRA, A. **Ascensão do PCC e o Mundo do Crime no Brasil**. 1. ed. São Paulo, 2018.

MARANHÃO, R. A. A violência doméstica durante a quarentena da COVID-19: entre romances, feminicídios e prevenção. **Braz.J. Hea.Rev**, v. 3, n. 2, p. 3197-211, 2020.

MOURA, R. S. F. de. Controle de armas de fogo no Brasil, criminalidade e autodefesa. **Revista de Direito Setorial e Regulatório**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 305-324, 2016.

NACHIF, M. C. A. Vítimas da violência em Campo Grande: um retrato de seis anos revelado pelos dados oficiais. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 201-210, 2008.

NASCIMENTO, T. G., PIMENTEL, C. E., & ADAID-CASTRO, B. G. Escala de atitudes frente à arma de fogo (EAFAG): Evidências de sua adequação psicométrica. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 293-248, 2016.

NETO, J.G.S. **Estatuto do desarmamento: Análise da efetividade no combate aos crimes no Brasil**. Centro Universitário Fametro- (UNIFAMETRO), p. 1-14, 2020.

PARDAL, R.; NETO, F.S. Análise crítica dos novos decretos envolvendo a política de armas. **Revista Consultor Jurídico**. p. 1-5, 2021.

NONATO, V. C. & MODESTO, J. G. Representações sociais sobre armas de fogo. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 1-21, 2021.

ONU Mulheres Brasil. Gênero e COVID-19 na América Latina e no Caribe: dimensões de gênero na resposta. Brasília: ONU Mulheres Brasil, 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002.

PLASSA, W.; PARRÉ, J. L. A violência no estado do Paraná: uma análise espacial das taxas de homicídios e de fatores socioeconômicos. **Economia e Desenvolvimento**, v. 31, p. 1-21, 2019.

PRADO, M. F. et al. Análise da subnotificação de COVID-19 no Brasil. **Rev Bras Ter Intensiva**, 32, n. 2, p.224-228, 2020.

SANCHES, S. Caracterização das vítimas de ferimentos por arma de fogo, atendidas pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência em Campo Grande-MS. **Saúde e Sociedade**. vol.18. Nº.1. São Paulo, 2009.

SILVA, R. R. *et al.* Efeitos do isolamento social na pandemia da covid-19 na saúde mental da população. **Av. Enferm**, v. 1, p. 31-43, 2021.

SOUZA, P. H. G. F. **Os efeitos das desigualdades regionais sobre a desigualdade interpessoal no Brasil, nos Estados Unidos e no México**. Texto para Discussão, Brasília, DF, n. 1897, p. 1-44, 2013.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. Global study on homicide 2023. Vienna: **UNODC**, 2023

VERMELHO, L. L.; LEAL, A. J. C.; KALE, P. L. Indicadores de saúde. In: MEDRONHO, R. Epidemiologia. São Paulo: **Atheneu**, 2005. p. 33-56.

WAISELFISZ, J. J. Mapa da violência 2013: **Mortes Matadas por Armas de Fogo**. Brasília: Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, 2014. http://mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf. Acesso em: 19 out. 2025.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2016: Homicídios por Armas de Fogo no Brasil**. Rio de Janeiro, FLACSO/CEBELA, 2016.

WAISELFISZ, J. J. Mapa da violência 2016: **Homicídios por armas de fogo no Brasil**, 2016. Acesso em 30 jan, 2025. Disponível em http://flacso.org.br/files/2016/08/Mapa2016_armas_web-1.pdf. Acesso em: 19 out. 2022.